

# Teorias sistêmicas e estudos de literatura

Heidrun Krieger Olinto \*

# A

## Abstract

look at literature studies in Germany in recent years points to an increasing interest in systemic theories developed by the sociologist Niklas Luhmann. One of the advantages of his models, which try to deal with high complexity and contingency phenomena, relies on the substitution of the exclusion theorem translated into the expression "*either this or that*" for the alternative formula "*this and that*". The present reflections intend to be an initial evaluation of the appropriation of the concepts proposed by Luhmann by literature studies.

**Key words:** Literature Theory, Literature History, Theory of the Systems, Contingency.

---

\* Professora Adjunta de Teoria da Literatura na PUC-Rio.

Um olhar transversal sobre o que se passa no campo dos estudos de literatura, na Alemanha, revela – além do crescente intercâmbio com discussões que atravessam fronteiras disciplinares e geográficas – uma mobilização de parte considerável de teóricos em torno da construção de teoremas do múltiplo, do heterárquico e do contingente para tentar situar o (ainda) chamado fenômeno literário.

Uma das várias obras coletivas recentes de “textos fundamentais para a compreensão sistemática e propedêutica de categorias imprescindíveis para o estudo atual da literatura” inicia-se com uma afirmação sintomática e contundente dos organizadores. Segundo Fohrmann e Müller, o objeto da ciência da literatura não *existe* simplesmente. Ao contrário, ficou evidente para a própria disciplina que a tarefa básica precisava incluir o constante processo de redesenhar o(s) campo(s) do(s) objeto(s) de sua reflexão. Uma tarefa vista como de alto risco à medida que mesclava aleatoriamente sentimentos de “felicidade e pavor” (FOHRMANN, MÜLLER, 1995, p. 7). A promessa de encanto pela constante inovação reflexiva assusta pelo impossível desenvolvimento de um saber cumulativo, linear. Desde os anos 70, a consciência aguda da falta de confiança em fundamentos visíveis e assumíveis estava, para uns, associada à insuportável sensação de perda e provisoriade. Já outros profissionais no cenário das Letras, sentem-se, ao contrário, estimulados pela oportunidade de infundáveis comentários e auto-reflexões acerca das práticas de uma disciplina que, de modo geral, ainda quer se entender como dedicada aos estudos de literatura.

As dificuldades situam-se, assim, entre o discurso oscilante sobre literatura, os seus pressupostos epistemológicos, metateóricos, teóricos e metodológicos (assumidos ou inventados), e a necessidade simultânea de parar o fluxo e propor classificações, construções de sentido, pelo menos para que estas permitam certa homogeneização, favorecendo o entendimento do fenômeno literário como convenção comunicativa e/ou ação social e cultural específica historicamente localizada. A multiplicidade das questões sugeridas desafia práticas tradicionais a partir do instante em que o comportamento senso-comunal da disciplina se afasta da idéia de que o seu território possa ser definido exclusivamente a partir de objetos verbais precisos ou propriedades substanciais de obras literárias. Segundo os autores citados, e não só eles, o universo da teoria da literatura, transferido para uma nova unidade fundante texto-contexto, numa perspectiva pragmática, torna-se especialmente desafiante quando ensaia definições de fronteira entre arquivos próprios e alheios. Construções de sentido dependem dessas opções momentâneas cristalizadas por convenções consensuais que esboçam possíveis limites, pelo menos durante algum tempo (FOHRMANN, MÜLLER, 1995, p. 9).

Aparentemente esta situação confusa e difusa – sem disputas hegemônicas excludentes e tampouco espaço para o surgimento de teorias englobantes – compõe um mosaico incontrolável de elementos e combinações que mobilizam indivíduos, grupos e subgrupos, sem que nenhum deles consiga impor a sua agenda a mais do que uma fração da comunidade mais ampla.

Uma das marcas visíveis deste campo de investigação sem fronteiras precisas observa-se também nos formatos e estilos dos próprios manuais de teoria da literatura, que, de forma cada vez mais acentuada, estão se transformando em coletâneas de ensaios e antologias de múltipla autoria e temática. Trata-se de um fenômeno que atesta igualmente uma dispersão da responsabilidade autoral antes assumida até com certa prepotência e indiscutível convicção. Siegfried J. Schmidt, por exemplo, inicia um dos seus livros recentes sobre questões construtivistas, empíricas e científicas, *Die Zähmung des Blicks*, com algumas observações prévias, situando a sua indagação acerca de conceitos de realidade e ficção no âmbito de argumentos desenvolvidos em outros contextos disciplinares, mas de orientação construtivista similar à sua, oferecendo, ainda, um espaço multidimensional à sua argumentação pela procura de correspondências entre literatura e artes plásticas (SCHMIDT, 1999). Segundo ele, a observação comparativa de propostas distintas de filósofos e cientistas pretende configurar o empreendimento numa espécie de formato hipertextual em função das inúmeras sugestões para ensaiar conexões laterais, como se fossem *links* de uma rede digital (SCHMIDT, 1999, p. 7). Neste experimento de multivocidade sem promessa de harmonia, o autor movimentava-se à vontade em um terreno literário-ensaístico perpassado por aforismos, poemas, excursos, desenhos, gráficos e fotografias. A opção por padrões variados de estilo, sem síntese – entre eles descontextualização e *sampling* – sintonizaria não apenas com o esgotamento das superteorias uniformes anteriores, mas se afiguraria como estratégia produtiva no presente para testar a compatibilidade de argumentos distintos no contexto de pressupostos construtivistas básicos (SCHMIDT, 1999, p. 8).

Mesmo assim, podemos dizer que se insinuam algumas convergências na construção de molduras teóricas para o fenômeno literário, que têm ganhado espaço crescente nos manuais, nas coletâneas e nos periódicos especializados publicados na Alemanha no decorrer da década passada. Refiro-me a pressupostos construtivistas, perspectivas pragmáticas e à problematização da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, que de certo modo começaram a fascinar e a perturbar um número significativo de estudiosos, alterando perspectivas em relação aos objetos, métodos, questões e desejos do campo disciplinar dos estudos de literatura, coexistindo – às vezes mal – com a tendência tradicional simultânea de propostas hermenêuticas. No entanto, e de modo geral, tornou-se visível que a comunidade científica, preocupada “em ser tomada a sério pelo mundo acadêmico”, como diria Schmidt no final dos anos 90, não negaria

- *that it is inadequate to study literary texts in isolation from their contexts (i.e. actors, culture, society); instead, a scientific (re-)construction of literary phenomena in the broadest sense has to model a network of interacting items, i.e. a system;*
- *that meaning cannot be regarded as an ontologic property of literary texts, that it arises through some kind of interaction between text and reader in sociocultural contexts;*

- *that concepts of literature emerge from complicated sociocultural processes of canonization, socialization, and ideological orientation;*
- *that literary scholarship, like any other academic discipline is practised by actors in a social system according to rules and norms, goals and interests, which scholars should be able to specify explicitly on demand;*
- *that in periods of shrinking budgets the so-called humanities usually suffer the worst reductions and that we, therefore, need good reasons to keep literary studies institutionally alive* (SCHMIDT, 1998, p. 646).

Na última década emergiram com mais frequência conceitualizações relacionadas com a idéia de sistema literário, seja como tentativa de apropriação produtiva de conceitos da teoria sociológica dos sistemas de Niklas Luhmann, que encontraram ressonância significativa nos estudos de literatura, seja como propostas de articular teorias sistêmicas com teorias de ação, como sugeridas, entre outros, por Rainer Baasner, e por Siegfried Schmidt em seu projeto de uma ciência empírica da literatura (BAASNER, 1996; SCHMIDT, 1998, p. 649).

Quando no início dos anos 80, Siegfried J. Schmidt e o seu grupo de pesquisa NIKOL começaram a tornar pública a sua proposta de uma ciência empírica da literatura, este projeto se apresentava como ampliação da esfera dos interesses relativos ao fenômeno literário em função da proposta de uma nova teoria da comunicação literária. Enquanto a estética da recepção e a teoria do efeito, responsáveis pela primeira mudança paradigmática importante nos anos 60 e 70, de algum modo, permaneciam situadas no horizonte de uma orientação hermenêutica centrada sobre o texto, as novas investigações pretendiam ir além de referências meramente textuais, com a inserção, neste processo, dos próprios parceiros comunicativos empíricos, historicamente localizados. Mas se era mérito inquestionável do grupo-núcleo, em torno de Wolfgang Iser e Hans Robert Jauss, ter iniciado a primeira revolução paradigmática significativa – cujos resultados foram publicados durante mais de vinte anos na coletânea *Poetik und Hermeneutik* – e ter tornado fundamental a interdisciplinaridade como novo projeto para as ciências humanas, também é apontado por Hans Ulrich Gumbrecht, por exemplo, um certo isolamento marcado pela falta de intercâmbio com especialistas estrangeiros, pela indiferença em relação à cultura midiática e à literatura do Terceiro Mundo e pela falta de coragem (e franqueza) para tematizar culturas pré-clássicas e não-européias. “As gerações foram passando e eu acho que elas não conseguiram remoçar”, diria o autor num olhar retrospectivo sobre as contribuições dessa “erudita república” que tinha encontrado o seu lar institucional na então recém-inaugurada Universidade de Konstanz (GUMBRECHT, 1988, p. 95). No entanto, o estranhamento diante de novas propostas – por um lado, motivado pela suposta minimização do texto literário e, por outro, pelo uso de métodos inusitados para os filólogos tradicionais – não era necessariamente compartilhado pelos próprios teóricos responsáveis pelas evidentes transformações na década anterior. Assim Wolfgang Iser disse em certo momento para Siegfried Schmidt: “você começa onde eu terminei, mas é um passo necessário” (SCHMIDT, 1997, p. 8). Esta afirmação, de alguma forma, aponta para uma ligação a ser investigada entre o leitor no texto,

teorizada naquele momento por Iser, e o leitor exterior ao texto, problematizado então pela emergente ciência empírica da literatura. Essa articulação permitiria, talvez, estabelecer um elo convincente entre o sistema simbólico da literatura e o sistema social da literatura. Entretanto, se do ponto de vista histórico se podia admitir uma continuidade no interesse das pesquisas, esta não se repetiria no âmbito da sistematização teórica do processo de comunicação literária empiricamente verificável. Na perspectiva epistemológica e teórica, a literatura deixou de ser concebida como dado ontológico, a favor de sua tematização como fato histórico mutável, como ação específica capaz de satisfazer durante certo tempo e em certos lugares, critérios, de algum modo, vigentes desde o século XVIII, tais como convenções estéticas e de polivalência, por exemplo.

Quais seriam, nesta situação, as razões do interesse invulgar dos estudiosos da literatura por uma teorização tão complexa como proposta pela teoria dos sistemas?

Niklas Luhmann elabora a sua teoria geral da sociedade sobre a diferenciação entre sistema e mundo circundante, articulada em torno de estratégias de seleção e redução de complexidade, que produzem simultaneamente sentido e ação. A partir de meados dos anos 80, quando publica *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Systemtheorie*, ele passa a descrever essa relação pelo modelo de sistemas autopoieticos, definindo o sistema social como auto-referencial (LUHMANN, 1985). Tendo por base a experiência da veloz diferenciação funcional interna e externa das sociedades modernas e entendendo como uma das tarefas dos sistemas a redução de complexidade das possibilidades do mundo – mantendo todavia as excluídas como potencialidades –, o autor propõe uma abordagem que leva em consideração essas contingências co-presentes, em graus variáveis.

Sistemas sociais precisam de fronteiras – ou seja, formas de sentido – de relativa invariância, que garantam certa estabilidade em função da generalização – temporária – de expectativas em relação a condutas institucionalizadas. A idéia de que existem movimentos de realimentação entre possibilidades atualizadas e excluídas, caracterizando esse processo por permanente fluidez, permite a Luhmann eliminar a dicotomia tradicional entre estrutura estática e processo, passando estes a serem concebidos como movimentos estruturados sobre a seleção de possibilidades. A concretização de alternativas do mundo circundante faz, portanto, parte integral desse modelo dinâmico que sustenta a partir da categoria do sentido – enquanto forma de redução de complexidades que ocorrem em processos comunicativos – a formação e diferenciação funcional dos sistemas sociais.

Nesta perspectiva, a formação de sistemas sociais, como a sociedade, não ocorre por consenso normativo e não se explica como processo de compreensão intersubjetiva, porque este, de certo modo, exclui o dissenso, tão necessário para a dinâmica do modelo de Luhmann.

A sua teoria sistêmica é centralizada sobre a relação entre sistema e ambiência em função da pressuposição de que o meio ambiente não forma um sistema, porque, caso contrário, o conceito de sistema não poderia se fundar sobre a *diferença* entre sistema e ambiência. Além do mais, o meio ambiente é diverso para cada sistema e cada sistema esboça contornos diferentes

para se delimitar do seu meio ambiente (LUHMANN, 1985, p. 36). Fronteiras caracterizam-se pela dupla função de separar e vincular sistemas e entornos simultaneamente. Neste processo destacam-se para Luhmann, em princípio, dois tipos de decomposição de sistemas: o primeiro – a formação de sistemas parciais, ou melhor, de relações internas de sistema/ambiência – corresponde ao conceito de *diferenciação sistêmica*, e o segundo – a decomposição em elementos e relações – seria responsável pela *complexidade do sistema* (1985, p. 41).

Teóricos da literatura simpatizantes de incursões transdisciplinares confrontam-se com uma série de problemas. O próprio autor ensaiou uma aplicação de sua teoria sistêmica a uma esfera da arte em geral e, implicitamente, à esfera da literatura. Arte é concebida como sistema autopoietico parcial do sistema social geral que se formou na modernidade como processo social de diferenciação, e se define como sistema social de produção e experimentação de obras de arte. Esta visão não comporta a idéia de que obras artísticas individuais são fragmentos do sistema social artístico. Ao contrário, o caráter construtivo do conceito sistêmico implica que obras de arte concretas sejam compreendidas como programas para incontáveis atos comunicativos acerca de obras, o que permite a formação do sistema social artístico. Nesta proposta de Luhmann o conceito sistêmico não se aplica a processos de produção de sentido por meio das obras de arte, mas a processos comunicativos sobre obras de arte (LUHMANN, 1985, p. 52). Críticos desta concepção, como Klaus Hempfer, fundamentam parte de suas restrições no fato de que nela são “eliminadas quase todas as questões de interesse para teóricos da literatura porque eles objetivam, precisamente, saber *como* textos literários constroem sentido que permita a emergência de processos de comunicação” (HEMPFER, 1990, p. 28).

O problema relacionado com o meio ambiente, na apropriação do conceito sistêmico autopoietico, diz respeito ao modo processual da autoprodução. O uso da diferença entre sistema e ambiência na autodeterminação inverte, por assim dizer, a teoria do reflexo estético, e tanto a relação reflexiva quanto a autodeterminação formam dois pólos entre os quais devia localizar-se a relação meio ambiente/realidade literária, que varia de acordo com gêneros e com certas épocas.

A adoção de perspectivas sistêmicas nos estudos de literatura segue caminhos ambíguos que traduzem fascinação e receio face às novas dificuldades e possibilidades.

“No momento, a única coisa segura nas investigações fundadas em teorias autopoietico-sistêmicas é que nada é seguro”. Com essa afirmação inicia Lutz Kramaschki a sua análise das tentativas de integrar conceitos sistêmicos desenvolvidos por Niklas Luhmann numa teoria da literatura (KRAMASCHKI, 1993, p. 101). Focalizando a substituição teórica da ênfase tradicional dos estudos sobre obras literárias pela investigação dos fenômenos literários inseridos em contextos sociais, o autor tenta avaliar a transferência de conceitos sociológicos para uma teoria da literatura. Referindo-se explicitamente à ciência da literatura empírica, desenvolvida, a partir dos anos 80, pelo grupo de pesquisa NIKOL, ele articula uma de suas restrições principais em torno do risco de o objeto de investigação se tornar fluido e disperso numa perspectiva macrossociológica de orientação sistêmica e de se transformar,

então, em esfera social abstrata, numa constelação de papéis acionais de “infinita indeterminação” (KRAMASCHKI, 1993, p. 103).

Uma apropriação produtiva da teoria sistêmica luhmanniana para os estudos da literatura supõe, igualmente, a comparação entre comunicação literária e outros tipos de comunicação social. Nesta ótica, segundo Schwanitz, percebem-se também interesses cognitivos semelhantes à teoria dos atos da fala em relação ao discurso literário, porque eles permitem definir literatura em termos análogos a outros discursos, questionando, deste modo, conceitos dicotômicos que definem a linguagem poética em oposição à linguagem ordinária (SCHWANITZ, 1993, p. 72).

Teorias que adotam a contingência como objeto de sistematização precisam lidar com fenômenos de transição sem permanência, com disparidades, fenômenos regionais e locais não universalizáveis. Essa contingência confere aos fenômenos um estatuto particular fundado sobre incertezas e constantes processos de redefinição. Nesta situação emergem as teorias sistêmicas de Luhmann, certamente como promissoras e vantajosas, uma vez que abandonam hipóteses de identidade e favorecem suposições de diferença. O seu modelo, baseado na hipótese de diferenciação entre sistema e ambiência, permite uma análise da sociedade como funcionalmente diferenciada que insere entre outros sistemas sociais parciais, o sistema artístico. Articulada em torno de uma teoria da observação, a sua teoria sistêmica não postula distinções iniciais seguras e irreversíveis que formam a base de investigações posteriores. Neste sentido, como assinalado por Harro Müller, inexistem tanto processos de observação originária quanto finais. Em compensação, surge a possibilidade de se construir uma teoria extremamente complexa, multi-estrutural e auto-referencial, em que a rede conceitual possibilita interrelacionamentos sem que estes sejam articulações lineares, teleológicas e dialéticas, correspondendo também à despedida enfática de quaisquer fundamentos ontológicos e metafísicos. Tais potencialidades da teoria sistêmica favorecem perspectivas extremamente estimulantes para uma teoria da literatura. Segundo Müller, elas representam uma “baforada de ar fresco” quando comparadas com posições tradicionais que constroem o seu sistema teórico geralmente a partir de uma única diferenciação inicial. Neste sentido, a teoria sistêmica oferece para ele vantagens nítidas para modelos de descrição de sociedades modernas funcionalmente diferenciadas, de que a esfera do literário é um dos subsistemas (MÜLLER, 1995, p. 339).

A noção de sistema desponta, nos últimos tempos, em numerosas disciplinas como instrumento descritivo útil para fenômenos complexos. Especialmente as teorias sociais sinalizam preferências em modelar sociedades – política, educação, religião, ciências, cultura, etc. – como *sistemas* que se diferenciam em virtude de sua *estrutura*, de sua *diferenciação interior/exterior* e de sua *função*. A estrutura resulta dos diversos papéis acionais diferenciados nos respectivos sistemas sociais e o critério de delimitação é assumido por convenções e valores vigentes e praticados, seja de modo consciente ou não. A sua função corresponde à realização específica de um sistema, ou seja – ao seu *sentido*.

No contexto deste modelo, a sociedade pode ser descrita como *sistema-de-sistemas*, cuja estrutura resulta das relações mútuas entre sistemas parciais que se diferenciam de sistemas exteriores, tais como a natureza e o indivíduo,

e cuja função pode ser generalizada como “manutenção biológica, orientada socialmente, e como reprodução de seus membros; como auto-organização e auto-orientação de seus sistemas parciais; como manutenção da comunicação em seu interior e entre os sistemas parciais”, como querem Hauptmeier e Schmidt (1985, p. 13). Ciência, nesta ótica, entende-se como sistema de ação social, dependendo a sua estrutura da institucionalização de determinadas disciplinas e de a diferenciação interior/exterior passar por critérios e convenções de cientificidade. Além disso, a sua função consistiria na “proposta e aplicação de estratégias para solucionar problemas que ultrapassam o saber cotidiano comum, para assim satisfazer necessidades de explicação e atingir determinados objetivos práticos” (HAUPTMEIER, SCHMIDT, 1985, p. 22).

Quanto ao estatuto “ontológico” do sistema, vale dizer que o “sistema ciência” inexistente na realidade, do mesmo modo que inexistem “sistemas sociais” na realidade social concreta. *Sistema* é uma *categoria do observador*, um constructo teórico, como diria Schmidt, que deve ser avaliado “de acordo com a sua utilidade científica (sua competência em solucionar problemas) e não de acordo com a sua suposta adequação a uma realidade” (SCHMIDT, 1989, p. 28). De forma similar o sistema literário não representa uma realidade literária independente, mas vale como modelo cuja utilidade precisa ser comprovada em circunstâncias concretas (FLACKE, 1994, p. 149).

De acordo com as modelizações propostas para a esfera da sociedade e da ciência podemos esboçar, também, um modelo para o sistema literário. Em outras palavras, um sistema para a esfera global de ação social relacionada com obras literárias. Nesta perspectiva, segundo Schmidt, devemos distinguir entre “textos enquanto configurações materiais (a sua base comunicativa) e ações literárias, enquanto resultados de processos de comunicação literários. Os predicados literário ou estético devem ser referidos, assim, aos comunicados, porque o texto não possui literariedade imanente. A questão sobre o sentido de textos em si é sem sentido, porque não podemos “eliminar o observador do processo da percepção e do conhecimento” (SCHMIDT, 1984, p. 312).

Enquanto desde Aristóteles um problema central das poéticas consistia na delimitação da esfera da arte em oposição a outras esferas da ação social mediante critérios imanentes aos objetos, na nova concepção a atribuição do predicado *estético* não depende do objeto, mas do sujeito que, durante a história de sua socialização, vem desenvolvendo esquemas perceptivos que lhe permitem distinguir entre arte / não arte (HAUPTMEIER, SCHMIDT, 1985, p. 19).

É neste contexto que se pode entender, igualmente, a referência freqüente a Luhmann, pela elaboração de teorias sistêmicas que permitem lidar com complexidades crescentes e de constante transformação. A novidade de seus modelos está na radicalização de análises funcionais que dispensam pressupostos de estruturas globais subjacentes aos componentes sistêmicos parciais que as condicionam. Em outras palavras, o modelo não comporta partes subordinadas a uma totalidade. O que, à primeira vista, pode parecer mero modelo de redução de complexidade revela seu potencial ilimitado, à medida que sistemas sociais (e sistemas literários) – ou seja, sistemas de sentido – podem ser compreendidos como resultado de processos seletivos



que preservam possibilidades não atualizadas, mantendo-se, assim, uma identidade sistêmica atravessada por permanente inquietude e mobilidade (LUHMANN, 1988, p. 98).

A construção de sentido, equivalente à construção de identidades, caminha neste modelo, por assim dizer, na via dupla da estabilidade/instabilidade, privilegiando categorias como equilíbrio instável e dinâmica estável. Essas novas teorias modelam sistemas sociais autopoieticos e auto-referenciais, à medida que se produzem/reproduzem pela diferenciação móvel de sistema/ambiência em função de contornos ou fronteiras porosas e interpenetráveis. Trata-se, portanto, de teorias que tentam lidar com a condição complementar das duas esferas, ao invés de enfatizar a exclusão de um dos componentes do par dicotômico. Pelo fato de seu modelo de sistema/ambiência circundante (*Struktur/Umwelt*) não eliminar oposições binárias, mas supor relações intercambiáveis e reajustáveis, Luhmann oferece perspectivas importantes para descrever sistemas literários. A operacionalidade do modelo de Luhmann funda-se na diferenciação de duas distinções que permitem descrever o espaço combinatório, incluindo, também, a evolução do sistema e ordens de crescente complexidade. Este tipo de análise não fica sem efeito sobre as concepções de racionalidade em sociedades contemporâneas. Segundo ele, os conceitos tradicionais de racionalidade se alimentavam da existência de pressupostos externos na construção de sentido, visíveis, por exemplo, em modelos referenciais de imitação de leis da natureza. A perda de fé na representação de pontos de vista únicos e verdadeiros implica, também, a perda de fundamentação dessas hipóteses.

Esta perspectiva permite também esclarecer, por exemplo, certos equívocos no contexto das discussões articuladas a partir do “pseudônimo infeliz do pós-moderno” (LUHMANN, 1992, p. 41). As análises propostas por Luhmann esvaziam a possibilidade de caracterizar a relação entre moderno e pós-moderno pelo contraste e pela cesura. De acordo com o raciocínio do autor, se o conceito do pós-moderno evoca a falta de uma descrição uniforme do mundo, de uma razão de caráter obrigatório para todos ou, pelo menos de uma atitude correta e comum diante do mundo e da sociedade, essa situação se explica como resultado das condições que a própria sociedade moderna gerou. Ela não suporta idéias e soluções finais e, tampouco, autoridade. Por essa razão, também, não pode conhecer posições a partir das quais uma sociedade possa ser descrita como modelo obrigatório para todos os outros (LUHMANN, 1992, p. 42).

Uma das vantagens desta proposta para analisar sistemas literários diz respeito, por exemplo, à inclusão do não-literário na categoria tradicional do literário, formando as duas esferas uma unidade relacional auto-reguladora com fronteiras maleáveis. Os limites entre sistema/ambiência, responsáveis pela construção de identidades e sentidos, existem, no entanto, em estado permeável e provisório. O que torna o modelo de Luhmann especialmente atraente para Schmidt é a sua tese de que a sociedade, em seu conjunto, possa ser descrita como sistema autopoietico, auto-referencial e auto-organizativo. As fronteiras entre sistema/ambiência são vistas como simultaneamente porosas e discriminatórias, o que permite entender os vínculos

entre os dois elos como interativos e processuais. Assim, as oposições binárias que formam o seu quadro conceitual, na verdade, não operam como dicotomias excludentes, mas oferecem a possibilidade de articular globalidades sistêmicas dinâmicas, suas relações internas e interpenetrações com ambiências externas de modo inovador. Neste sentido, Schmidt valoriza, particularmente, a substituição do teorema da exclusão, traduzido na expressão do “isto *ou* aquilo”, pela fórmula de complementariedade do “isto e aquilo”, porque essa perspectiva abre caminhos para modelos de sociedade que lidam com o pluralismo de estruturas dinâmicas e que não discriminam aspectos opostos em detrimento de um dos lados, entendendo-os como suplementares (SCHMIDT, 1987, p. 66 e 67). Quadros teóricos que operam com a inserção da diferença não sintonizam com concepções globais e definitivas, dualismos e hierarquias, mas com construções de mundo parciais e reconsideráveis, que desenham identidades provisórias, equilíbrios flutuantes.

Uma teoria da literatura, concebida nesta ótica construtivista como teoria sistêmica e de ação, não tematiza, então, o texto literário como entidade autônoma, mas diversas dimensões do sistema literatura, tais como produção, mediação, recepção e análise teórica de textos literários. Textos são literários apenas na perspectiva dessas constelações acionais sociais concretas, em sistemas históricos definidos por determinados processos de socialização, necessidades cognitivas e afetivas, intenções e motivações gerais, e, ainda, por condicionamentos políticos, sociais, econômicos e culturais que correspondem aos sistemas de pressupostos de sua ação. Em função dessas articulações, textos são julgados e dotados de sentido.

O acento da ciência da literatura empírica sobre a esfera “difusa” da “vida literária” e sua dinâmica é acompanhado, em nível teórico e empírico, pela procura e construção de quadros capazes de tematizar essa transição. Este modelo demanda, assim, a integração de outros contextos e esferas – “ainda que por enquanto não saibamos quais e quantos”, como diria o próprio Schmidt (1986, p. 3) – e, por isso, precisa articular as suas preferências teóricas com molduras eficientes para problematizar a complexidade de forma elástica e abrangente.

O desafio maior situa-se, então, na elaboração de teorias e modelos que oferecem a possibilidade de investigar sistemas de diferenciação social altamente complexos, que analisem não só a pluralidade de papéis sociais, mas também as suas inter-relações variáveis *ad infinitum*. Essas novas molduras teóricas precisam ser extremamente flexíveis para poder lidar com eventos e processos dinâmicos.

Em suma, delinea-se nesta proposta a moldura de uma teoria da literatura “pós-moderna”, cujos pressupostos vinculam de modo significativo uma série de esboços teóricos desenvolvidos por Niklas Luhmann, ainda que Schmidt não concorde com todos eles (SCHMIDT, 1989, p. 63).

\*

O recente interesse pela história da literatura demanda uma discussão crítica das próprias premissas epistemológicas que orientam a escrita de histórias da literatura. Aparentemente, certos programas novos como os da

história social da literatura, por exemplo, perpetuam aporias visíveis na forma tradicional de tratar determinantes internas e externas da evolução literária.

No contexto da teoria da literatura, cresceu a recorrência a teorias sociológicas de Luhmann desde 1970, seja na proposta de Hans Ulrich Gumbrecht que pretendia transformar a teoria da literatura em uma sociologia da comunicação (GUMBRECHT, 1975), seja na forma de adoção de conceitos básicos avulsos. A substituição da sociologia da literatura tradicional pela concepção de uma história social da literatura orientada nessas teorias sistêmicas favorecia, de modo geral, o desenvolvimento de modelos teóricos interdisciplinares. Para Klaus Hempfer, os variados esboços são simultaneamente impressionantes e inquietantes, não apenas pela complexidade, mas porque apesar dela a questão corretamente colocada pela sociologia da literatura tradicional, mas equivocadamente solucionada pelas suas propostas, talvez seja marginalizada numa multiplicidade de outros problemas. A pergunta em questão pode ser formulada mais ou menos do seguinte modo: será que as condições constitutivas de um suposto sistema literário, e as suas transformações, podem ser reconduzidas a situações e mudanças no sistema sócio-cultural global? A sociologia da literatura tradicional certamente exagerou o vínculo exclusivo e imediato entre a literatura e o sistema econômico. O problema, na verdade, diz respeito à primazia dada a questões relativas à “empresa literária” que deixavam em segundo plano não só as condições semióticas relevantes para a produção e recepção da literatura, mas também aspectos importantes da interdependência de estruturas semióticas e sociais (HEMPFER, 1990, p. 17). De certo modo, a possibilidade de relacionar teorias de sistemas sociais com teorias semióticas assume, para Hempfer, a dimensão de questões de princípio que não deveriam ser pressupostas com demasiada facilidade.

Gerhard Plumpe articula, no âmbito desta discussão, as propostas sistêmicas de Niklas Luhmann com os estudos da literatura, em especial com novas teorizações da história da literatura (PLUMPE, 1985). Com interesse particular, ele analisa a substituição proposta da idéia de sistemas fechados, cujas estruturas internas seriam vinculadas *a posteriori* com estruturas externas coexistentes, pelo modelo dos sistemas abertos definidos a partir de sua referência ao meio ambiente. De acordo com essa visão, um sistema se caracteriza como sistema inserido num meio ambiente ao estabilizar complexidades por meio de delimitações entre sistema e ambiência que se preservam em função da variação de mecanismos de seleção, em caso de crescente complexidade do meio ambiente (LUHMANN, 1975, p. 210 ss.). Essa substituição do conceito de sistema como estrutura fechada pelo paradigma da referência ao meio ambiente parece contornar as dificuldades no debate sobre o modelo dicotômico interno/externo que se baseia na dependência dos processos evolutivos imanentes do sistema literário de fatores externos, na forma de outros sistemas sociais. Antes, a nova proposta pretende analisar os mecanismos seletivos da literatura como subsistema de uma ambiência complexa, estruturada em função do sistema social geral e em função de sua atuação em subsistemas contemporâneos.

Um entendimento da literatura como sistema diferenciado, emergente na sociedade moderna, contradiz concepções de literatura como conjunto de documentos escritos em variadas configurações literárias, supostamente compondo uma determinada identidade, cuja “história” pode ser contada na forma de um progresso sucessivo linear (PLUMPE, 1985, p. 251). Contrariando esse tipo de visão, crescem atualmente conceitos de literatura e formas de sua institucionalização, que se distanciam destas perspectivas mais antigas, levando-se em consideração a mudança do seu próprio papel comunicativo e do seu *status* social.

A história da literatura é analisada, nesta ótica, como elaboração da diacronia do sistema literário. Inicialmente transferidas para o campo dos estudos teóricos da literatura, em função da descrição sincrônica de ações literárias, as teorias sistêmicas tiveram, posteriormente, um papel de destaque na investigação de um novo tipo de projeto historiográfico da literatura, fundado sobre hipóteses construtivistas, na elaboração de modelos explicativos da transformação dos sistemas literários.

Se o século XVIII, era da ascensão burguesa, do esclarecimento e da revolução, representa igualmente uma transformação abrangente para a literatura, de certo modo iniciando uma tradição até hoje atuante, podemos explicar a contemporaneidade da literatura moderna, desde o final daquele século, a partir de uma característica estrutural expressa pela originalidade como garantia de permanente inovação.

Segundo Plumpe, a categoria da originalidade revela-se especialmente adequada para tornar visíveis as marcas históricas e os limites de época em modelos de macroperiodização propostos por histórias da literatura e da cultura mais recentes. Nesta perspectiva, a teoria de sistemas de Niklas Luhmann oferece uma moldura coerente ao tentar identificar a literatura moderna como “macroperíodo”, porque descreve a sua emergência como processo de permanente diferenciação de outros subsistemas sociais ao traduzir a descontinuidade entre literatura moderna e pré-moderna como processo incessante de especialização funcional (LUHMANN, 1981, p. 178 ss.). Enquanto uma literatura não diferenciada apresenta marcas de uma integração funcional difusa dentro de seu próprio discurso – por exemplo, de elementos funcionais religiosos, científicos, políticos e literários –, uma literatura diferenciada, ao contrário, se destaca pela elaboração e estabilização de suas fronteiras sistêmicas com determinado meio ambiente do qual podem fazer parte, também, a ciência, a religião, a política ou a moral, mas na qualidade de subsistemas específicos. A literatura, no caso, refere-se a estes de modo seletivo, sem, contudo, por em risco a sua identidade como literatura.

Segundo Gerhard Plumpe, a reconstrução empírica desses processos de diferenciação ainda se encontra engatinhando. Do ponto de vista metodológico, seria necessário levar em conta que processos de diferenciação implicam o isolamento da literatura face a normas e controles estranhos ao sistema, tais como aspectos de origem política e religiosa, pressupostos ontológicos sobre o mundo e modelos epistemológicos e tecnológicos (PLUMPE, 1985, p. 253 ss.). Estes tipos de instâncias perdem relevância imediata para uma literatura diferenciada, o que por outro lado, não equivale

à impossibilidade de serem tematizados. A delimitação contra demandas externas será substituída, no caso, pela especialização funcional da comunicação literária, que, assim, adquire o privilégio social de poder administrar a beleza no contexto mais abrangente da arte.

No modelo proposto, a referência de um subsistema ao sistema social geral pode ser descrita como função, mas, ao mesmo tempo, um subsistema pode referir-se a outros subsistemas contemporâneos. Enquanto no primeiro caso ele terá um papel atuante, no segundo, se comporta de modo reflexivo. Entre as relações da literatura com diversos sistemas – econômicos, pedagógicos, filosóficos e morais –, merece destaque especial, segundo Plumpe, o sistema político, porque este se distingue funcionalmente ao se distanciar de instâncias tradicionais de legitimação representadas, por exemplo, pela religião e pela moral, o que permite à literatura, em seu papel de “instância secundária de legitimação”, tematizar o potencial crítico e contrafactual subjetivo nas estruturas e nos processos políticos (PLUMPE, 1985, p. 254). Neste sentido, a literatura assume uma conduta reflexiva na teoria estética desde o século XVIII, neste seu processo de diferenciação. As teorias estéticas traduzem esse fenômeno por uma série de conceitos como *autonomia*, *subjetividade*, *originalidade* e *criatividade*, termos que revelam a transformação de sistemas polifuncionais em sistemas de especialização funcional (LUHMANN, 1981, p. 100 ss.). O novo discurso em formação sobre arte e literatura combina, então, formas de pensamento religioso e jurídico, legitimando, ao mesmo tempo, o estatuto social da literatura enquanto prática autônoma numa espécie de fundamentação última. Nesse sentido, o discurso estético vincula o potencial da literatura com a subjetividade do poeta e não com o conjunto de normas e regras pré-concebidas e prefixadas, que durante muito tempo não validavam apenas a ciência, mas também a arte e a literatura.

Na visão de Siegfried Schmidt, o fato de a “estética clássico-romântica da autonomia” se impor aos seus concorrentes contemporâneos explica-se pela atribuição de uma função à comunicação literária até hoje importante e independente das alterações ocorridas nas próprias teorias da literatura: a busca de superação dos efeitos nocivos da diferenciação funcional para os indivíduos, entre eles a subjetivação, a divisão do trabalho, a fragmentação da comunicação, a separação de papéis sociais, a perda de ordens e valores, as relações problemáticas entre razão e pulsão, e os problemas decorrentes do comportamento baseado na sensibilidade (SCHMIDT, 1989, p. 34).

Objecções a essas hipóteses indicam, freqüentemente, que o predomínio da literatura de entretenimento no mercado e o modo característico do seu consumo no final do século XVIII são sinais nítidos de formas de escapismo e não modos de auto-realização dos produtores e consumidores de literatura. Schmidt baseia os seus contra-argumentos na convicção de que o modelo clássico-romântico das teorias de literatura, e da produção literária condizente, permanece até hoje vigente, porque oferece argumentos mais fortes para a autonomização fatural do sistema social literatura, sintonizando deste modo a constituição social da literatura com a percepção desta dentro do processo de comunicação literária. Além do mais, uma estética da autonomia da obra literária e da experiência estética, resumiram a perda de efeito vivida na prática

pelos contemporâneos numa fórmula sensível que atribuiu à ação literária – especialmente ao papel de produtores e receptores – uma dignidade inquestionável e inatacável. Também, nesse aspecto, não venceu o fator quantitativo, mas venceram as teses clássico-românticas (SCHMIDT, 1989, p. 35).

Uma análise do sistema literário a partir de mecanismos de diferenciação interna e de sua interação com outros sistemas sociais a partir de formas reflexivas permite discutir de modo inovador, também, aspectos da dinâmica de sistemas de literatura. A diferenciação do sistema literário pode ocorrer em formas variadas, como, por exemplo, a diferenciação crescente em sistemas parciais em seu próprio interior que se realiza na distinção entre a chamada literatura elevada e a literatura de massa, por exemplo. Esses tipos de sistemas parciais já se formaram, na segunda metade do século XVIII, com a distinção entre o escritor tradicional e autores que escreviam e de leitores que consumiam, preferencial ou exclusivamente, este tipo de literatura. O único papel mal definido neste sistema parcial continua sendo o da crítica que, até hoje, pouco se interessa por resenhas neste terreno, e quando desempenha este papel, frequentemente o faz com “atitudes de um intérprete enjoado” (SCHMIDT, 1989, p. 38). Uma outra possibilidade de diferenciação representa a introdução de papéis acionais novos ou a distinção entre os existentes. Assim, existem no século XX tentativas de retirar do produtor individual o papel autoral, atribuindo este a coletividades autorais ou, ainda, a autores anônimos em sistemas eletrônicos. Nesta ótica, falar do desaparecimento do autor está em moda e pode ser entendido como reflexo deste tipo de diferenciação.

Um caminho inverso do processo de separação de papéis acionais encontra-se na sua unificação, perceptível, por exemplo, em argumentos sobre poesia concreta e visual, que sugerem a transformação do leitor-receptor-consumidor em co-produtor. Esta proposta corresponde à fusão de papéis, ou seja, a uma transformação via *desdiferenciação*. Mecanismos similares notam-se também em tentativas de integração ou transgressão de gêneros, que, no entanto, só ganham relevância se as inversões de posições permanecem conscientes, de modo que eliminações e fusões possam sinalizar ganhos semânticos ou estéticos. A estetização ou desestetização da literatura, respectivamente na literatura experimental e na moralização ou politização da literatura, em voga no final da década de 60, traduzem essa situação de forma exemplar.

Um ponto importante nesta visão, e especialmente significativo para o modernismo, diz respeito ao processo de reflexividade. Desde o final do século XVIII notam-se constantes alternâncias nas referências sistêmicas do campo literário. O acento referencial sobre o meio ambiente favorece formas realistas de literatura, enquanto a ênfase sobre referências estéticas assinala formas de literatura experimentais. A disponibilidade simultânea crescente desses potenciais pode ser interpretada como indicador para um sistema literário altamente pluralista – inclusive a ponto de se tornar aleatório – e assim, de certo modo, indiferente a ofertas e ações literárias particulares.

O sistema literário em que vivemos desde o final do século XVIII, cujo tipo de organização pouco se alterou, permite, segundo Schmidt, apenas pequenas revoltas e não grandes revoluções. Estas revoltas podem referir-se

a sistemas e discursos particulares e são marcadas pela avidez por inovações estéticas e suas transformações em intervalos cada vez menores e mais velozes. À medida que o sistema literário e os demais subsistemas se historicizam e se aceleram, o fenômeno da inovação passa a ser um elemento estrutural desse processo e não pode ser entendido como mera invenção do modernismo e das vanguardas. No mesmo sentido, o pós-modernismo não devia ser analisado como evento inovador de época, mas tão somente como reflexo desses processos acelerados de diferenciação e desdiferenciação. No caso, as suas ofertas representam propostas típicas de desdiferenciação.

Schmidt analisa ainda as conseqüências desta perspectiva teórico-sistêmica em relação à discussão sobre processos recepcionais. Se partirmos do pressuposto de que sistemas cognitivos, ou "ciências", e sistemas sociais, ou "comunicações", se caracterizam por processos auto-organizativos e auto-referenciais, eles revelarão certo grau de autonomização. Esta visão invalida de antemão a possibilidade de um sistema ter influências e efeitos diretos sobre outros sistemas. No entanto, é preciso considerar que qualquer alteração em um dos sistemas de uma sociedade funcionalmente diferenciada motiva outros sistemas a levar em conta tais alterações, porque todos os sistemas sociais referem-se necessariamente uns aos outros. Do mesmo modo como parece inviável deixar de se comunicar, também é impossível não reagir em sociedades funcionalmente diferenciadas. Qualquer modificação em um de seus subsistemas altera o meio ambiente em todos os demais. Transformações no sistema da comunicação alteram o meio ambiente da consciência, sendo que tais modificações alteram, por seu lado, a comunicação e assim por diante. Neste sentido, a eficácia dos agentes do sistema literário depende de sua força em afetar a comunicação literária. Por esta razão a mídia desempenha um papel tão decisivo, porque apenas quando ações literárias conseguem modificar, de algum modo, o campo da comunicação literária, elas produzem modificações no meio ambiente de outros sistemas, transformando-se, então, em *sentido* em seus ambientes próprios. Isto significa, ao mesmo tempo, que o efeito do sistema literário sobre os demais só é possível se ele mantiver a sua alteridade, ou seja, quando não se transforma em ciência, política ou filosofia, mas quando permanece literatura (SCHMIDT, 1989, p. 41). Em outras palavras, a literatura deve a sua possibilidade de atuar sobre sistemas cognitivos ou comunicativos precisamente ao fato de não ser vida, ciência ou filosofia. Tão somente a sua situação diferencial, enquanto literatura, permite-lhe ser importante para a vida, para a política ou para a fé. Não é o nivelamento da diferença, o abrandamento da alteridade, mas, ao contrário, o seu uso consciente na construção do sentido que torna produtivas as interações entre o sistema literário e outros sistemas sociais modernos para a consciência de muitos indivíduos que desempenham papéis diferenciados em múltiplos sistemas sociais. A literatura ocupa um lugar significativo em espaços de conscientização a partir de sua condição de alteridade, contradizendo idéias burguesas de autonomia da obra, constância e auto-evidência do sentido. E é nesta esfera específica que ela pode oferecer possibilidades de ação, incentivando, por exemplo, o sonho moderno do sujeito *unbeschädigt* (ileso), como diria Schmidt (1989, p. 43).

Enquanto vivermos em sociedades funcionalmente diferenciadas, a eliminação total do sistema literário parece pouco provável, mas talvez isso dependa da sua capacidade de transformar em constante experiência viva as possibilidades funcionais dos membros da sociedade, por meio de uma intensa articulação de todos os meios de comunicação disponíveis. Se este continua sendo um projeto desejado e desejável, não me parece ser desperdício um olhar interessado sobre modelos sistêmicos que, pelo menos, permitem aceitar as novas complexidades e contingências como novas formas de experiência de que a literatura faz parte. Ainda que com papel minimizado.

### **Referências Bibliográficas**

BAASNER, Rainer. *Methoden und Modelle der Literaturwissenschaft*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1996.

FLACKE, Michael. *Verstehen als Konstruktion*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994.

FOHRMANN, Jürgen, MÜLLER, Harro (Eds.). *Literaturwissenschaft*. München: Fink, 1995.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Konsequenzen der Rezeptionsästhetik oder Literaturwissenschaft als Kommunikationssoziologie. *Poetica*, 7, 1975.

\_\_\_\_\_. A plethora moderna do sentido. 24 anos de Poética e Hermenêutica. *34 Letras*, 2, 1988, p.88-115.

HAUPTMEIER, Helmut, SCHMIDT, Siegfried J. (Orgs.). *Einführung in die Empirische Literaturwissenschaft*. Braunschweig: Vieweg, 1985.

HEJL, Peter. Self-regulation in social systems. *LUMIS-Schriften*, 21, 1989.

HEMPFER, Klaus W. Schwierigkeiten mit einer 'Supertheorie': Bemerkungen zur Systemtheorie Luhmanns und deren Übertragbarkeit auf die Literaturwissenschaft. *SPIEL*, 9, 1990, p. 15-36.

KRAMASCHKI, Lutz. Zur Integration von Systemkonzepten in eine Empirische Literaturwissenschaft. In: SCHMIDT, Siegfried J. (Ed.). *Literaturwissenschaft und Systemtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1993, p. 101-143.

LUHMANN, Niklas. *Beobachtungen der Moderne*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992.

\_\_\_\_\_. *Erkenntnis als Konstruktion*. Bern: Benteli, 1988.

\_\_\_\_\_. *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Systemtheorie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985.

\_\_\_\_\_. Geschichte als Prozeß und die Theorie sozio-kultureller Evolution. In: \_\_\_\_\_. *Soziologische Aufklärung*, 3. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981.

\_\_\_\_\_. Komplexität. In \_\_\_\_\_. *Soziologische Aufklärung*, 2. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1975.



MÜLLER, Harro. Systemtheorie und Literaturwissenschaft. In: BOGDAL, K.M. (Ed.). *Neue Literaturtheorien*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990, p. 201-217.

PLUMPE, Gerhard. Systemtheorie und Literaturgeschichte. In: GUMBRECHT, H. U. e LINK-HEER, U. (Orgs.). *Epochenschwellen und Epochen-Strukturen im Diskurs der Literatur und Sprachgeschichte*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985.

\_\_\_\_\_. *Ästhetische Kommunikation der Moderne 1. Von Kant bis Hegel*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1993.

SCHMIDT, Siegfried J. *Die Zähmung des Blicks*. Frankfurt: Suhrkamp, 1999.

\_\_\_\_\_. A Systems-oriented approach to literary studies. In: ALTMANN, Gabriel, KOCH, Walter. *Systems. New paradigms for the Human Sciences*. Berlin/NewYork: Gruyter, 1998, p. 645-667.

\_\_\_\_\_. Sobre os fundamentos cognitivos e a relevância social da ciência da literatura. Entrevista a Colin B. Grant. *forum deutsch*, v. II,1, 1997, p. 7-22.

\_\_\_\_\_. *Der Kopf, die Welt, die Kunst: Konstruktivismus als Theorie und Praxis*. Wien: Böhlau, 1992.

\_\_\_\_\_. *Die Selbstorganisation des Sozialsystems Literatur im 18. Jahrhundert*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.

\_\_\_\_\_. Liquidation oder Transformation der Moderne? In: HOLLÄNDER H., THOMSEN, C. (Eds.). *Besichtigung der Moderne*. Köln: Dumont, 1987, p. 53-70.

\_\_\_\_\_. Empirische Literaturwissenschaft in der Kritik, *SPIEL*, 3, 1984, p. 291-332.

SCHWANITZ, Dietrich. Systemtheoretischer Handlungsbegriff und literarische Kommunikation. *SPIEL*, 12, 1993, p. 72-80.